

Práticas de ensino e letramentos em tempos de pandemia da COVID-19
Teaching and literacy practices in COVID-19 pandemic times
Prácticas de enseñanza y letramientos en tiempos de pandemia de COVID -19

Recebido: 11/05/2020 | Revisado: 14/05/2020 | Aceito: 14/05/2020 | Publicado: 20/05/2020

Renata Maurício Sampaio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6041-7869>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Brasil.

E-mail: renata.sampaio@ifnmg.edu.br

Resumo

A pandemia causada pelo novo coronavírus – COVID-19, que foi declarada pela Organização Mundial de Saúde desde o início de março de 2020, tem levado autoridades governamentais de todo o mundo à adoção políticas públicas para a minimização do avanço e dos impactos da doença. No âmbito da educação brasileira, foi decretada a suspensão de aulas presenciais e sua consequente substituição por atividades não presenciais, por meio do ensino remoto. A proposta de educação a distância, em todos os níveis de ensino, tem sido discutida como solução massiva enquanto durar a situação de emergência de saúde pública. Diante desse contexto, este trabalho, de natureza qualitativa, objetiva discutir as relações dialógicas entre ensino e identidade leitora na perspectiva da cultura digital diante das recomendações do Ministério da Educação, com o intuito de refletir sobre a importância dos letramentos tradicionais e digitais para a efetiva qualidade do processo de ensino e aprendizagem em tempos de isolamento social.

Palavras-chave: Pandemia; COVID-19; Ensino remoto; Letramentos.

Abstract

The pandemic caused by the new coronavirus - COVID-19, declared by the World Health Organization since the beginning of March 2020, has led government officials from around the world to adopt public policies to minimize the progress and impacts of the disease. In the context of Brazilian education, the suspension of face-to-face classes and their consequent

replacement by non-face-to-face activities, through remote teaching, was decreed. The proposal for distance education, at all levels of education, has been discussed as a massive solution while the public health emergency lasts. In this context, this qualitative study aims to discuss the dialogical relationships between teaching and reader identity from the perspective of digital culture in light of the recommendations of the Ministry of Education, with the purpose of reflecting on the importance of traditional and digital literacies for effective quality of the teaching and learning process in times of social isolation.

Keywords: Pandemic; COVID-19; Remote teaching; Literacies.

Resumen

La pandemia del nuevo coronavirus – COVID-19 –, declarada por la Organización Mundial de Salud a principios de marzo de 2020, ha llevado autoridades gubernamentales de todo el mundo a adoptar políticas públicas para reducir el avance y los impactos de la enfermedad. En el ámbito de la educación brasileña, se ha decretado la suspensión de clases presenciales y su consecuente reemplazo por actividades no presenciales, por medio de enseñanza remota. La propuesta de educación a distancia, en todos los niveles de enseñanza, viene siendo apuntada como solución masiva mientras dure la situación de emergencia de salud pública. En ese contexto, este trabajo, de naturaleza cualitativa, busca discutir las relaciones dialógicas entre enseñanza e identidad lectora en la perspectiva de la cultura digital frente a las recomendaciones del Ministerio de Educación, con el objetivo de reflexionar sobre la importancia de los letramientos tradicionales y digitales para la efectiva calidad del proceso de enseñanza aprendizaje en tiempos de aislamiento social.

Palabras clave: Pandemia; COVID-19; Enseñanza remota; Letramientos.

1. Introdução

Em consideração à atual realidade de pandemia do novo coronavírus - COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no início de março de 2020, autoridades governamentais em todo o mundo vêm adotando várias medidas, publicadas em instrumentos legais e normativos, para conter a propagação do agente etiológico causador da doença. Nessa situação de emergência de saúde pública, o distanciamento físico e o isolamento social se apresentam como alternativas eficazes para evitar o colapso do sistema de saúde, bem como para a redução dos crescentes casos de contaminações e óbitos ocorridos diariamente no mundo.

No cenário brasileiro, foram mantidos inicialmente os serviços e atividades essenciais inerentes à oferta de insumos e materiais necessários à sobrevivência, saúde, abastecimento e segurança da população. Passados mais de cinquenta dias desde o início da pandemia no Brasil, o momento atual ainda requer atenção e cuidados, muito embora haja grande inclinação para a adoção gradativa de medidas e estratégias de flexibilização do distanciamento social em vários lugares do país.

Além dos efeitos devastadores na saúde, dos prejuízos exponenciais na economia, no cotidiano e na vida em geral, os impactos ocasionados pela pandemia colocam-nos diante de muitas questões complexas, uma vez que alterações repentinas no comportamento das pessoas em situação de isolamento passaram a acarretar mudanças em todos os níveis, seja no mercado e na maneira de consumo, seja no modo de estudar, de relacionar-se, enfim.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2020), em recente ensaio intitulado “*A cruel pedagogia do vírus*”, argumenta sobre os desdobramentos da pandemia do coronavírus à luz da situação mundial econômica e política dos últimos anos. Para o referido autor, o período de quarentena demonstra a necessidade de adaptação das sociedades a novas possibilidades de vida, necessária ao bem comum. Para ele, “[...] esta situação torna-se propícia a que se pense em alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI” (Santos, 2020, p.29).

Nessa situação, inclui-se a necessidade de um olhar crítico para nosso contexto educacional, no que se refere à adoção de políticas públicas para a redução dos impactos da pandemia na educação. Conforme os últimos dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), órgão que monitora os impactos da pandemia na educação, o fechamento de instituições de ensino afeta diretamente mais de 72% da população estudantil no mundo (Unesco, 2020).

No Brasil, houve a suspensão de aulas presenciais dos cursos em andamento em todo o território. Além de inusitada, a situação vivenciada atualmente possui desfecho imprevisível, já que a duração do isolamento social tem a ver com a extensão e a intensidade da contaminação. Ademais, a volta das atividades pedagógicas presenciais pode ocorrer de forma regional e gradual, cujo ritmo vai depender da realidade de cada Estado ou Município brasileiro.

Diante disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou recentemente, em plenária virtual, o Parecer CNE/CP nº5/2020, que contempla novas diretrizes de mitigação dos impactos causados pelo COVID-19 no fluxo do calendário escolar dos sistemas e redes de ensino no Brasil, em todos os níveis, etapas e modalidades. O referido documento, após

passar por consulta pública, foi aprovado na segunda quinzena de abril de 2020, e ainda aguarda homologação do Ministro da Educação (MEC). Em linhas gerais, tais diretrizes recomendam a soma de esforços para que os gestores da educação criem ou reforcem, dentro de suas condições e possibilidades, plataformas públicas para aulas *on-line* em todos os níveis de ensino, tanto em períodos de normalidade como em situações emergenciais como a atual.

Especialmente no que diz respeito às medidas e prerrogativas decretadas pelas autoridades governamentais para o sistema de ensino brasileiro, propostas de educação a distância como solução massiva tem provocado acaloradas discussões, considerando que a inclusão digital ainda constitui um enorme gargalo, especialmente em países profundamente marcado por históricas desigualdades sociais, como é o caso do Brasil.

É inegável que a manutenção das atividades de ensino durante o período em que se está em casa é crucial para minimizar os prejuízos da ausência das aulas presenciais. Entretanto, ao mesmo tempo em que a proposta de ensino digital e a tecnologia apresentam-se como propulsoras de novos fazeres pedagógicos, trazem efetivas implicações educacionais, o que instiga reflexões imprescindíveis sobre a utilização das textualidades produzidas e acessadas em ambientes virtuais na contemporaneidade.

Consoante tais questões, o presente trabalho propõe um olhar sobre as relações dialógicas entre ensino, tecnologia e identidade leitora na perspectiva da cultura digital e do letramento, com vistas a discutir a inclusão do letramento digital no sistema escolar como alternativa para enfrentar o problema do distanciamento físico e social na pandemia da COVID-19.

2. Metodologia

A fim de alcançar o objetivo de desenvolver uma discussão teórica sobre o assunto estudado, qual seja a importância dos letramentos tradicionais e digitais diante das atuais recomendações do Ministério da Educação para as instituições de ensino em tempos de pandemia da COVID-19, esta pesquisa classifica-se como sendo de abordagem qualitativa e dialética. Em sentido amplo, a pesquisa qualitativa utiliza métodos que evidenciam a importância da interpretação do objeto de análise, a ser realizada pelo pesquisador, que interage com os estudos emitindo opiniões sobre o fenômeno em análise (Pereira, Shitsuka, Parreira & Shitsuka, 2018).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental e bibliográfica, sustentada pelos pressupostos epistemológicos dos seguintes autores: Santos (2020), Santaella (2014), Soares

(2009), Coscarelli & Ribeiro (2014) e Kleiman (1995). No que diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados para coleta de dados, optou-se pelo viés descritivo, principalmente em referência à observação, registro e interpretação das políticas públicas recentemente adotadas no âmbito da educação, em comparação com a atual realidade fática educacional.

Tendo em vista a abrangência e a dimensão do referido tema, bem como a necessidade de contextualização e posicionamento crítico em relação aos fenômenos estudados, a construção metodológica deste estudo também decorreu do material empírico obtido por meio da observação e análise de notícias, reportagens, instrumentos normativos e legais, entre outros textos, envolvendo a pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo.

Por fim, a estrutura deste trabalho está organizada por meio da discussão dos seguintes pontos: as políticas educacionais adotadas no Brasil nos últimos dois meses e as diferentes perspectivas dos letramentos tradicional (analogico) e digital como práticas sociais em tempos de isolamento social.

3. Resultados e Discussão

3.1 Políticas educacionais no Brasil em tempos de isolamento social

Em 17 de março de 2020, o MEC, por meio da Portaria nº 343, manifestou-se acerca da suspensão das aulas presenciais e da possibilidade de oferta de atividades não presenciais no ensino superior da rede federal de ensino enquanto durar a situação de pandemia. A recomendação é que sejam substituídas por aulas em suportes digitais, à exceção aos cursos de Medicina e às práticas profissionais de estágios e laboratórios dos cursos que possuem tal demanda (MEC, 2020).

Cerca de trinta dias depois, tal portaria foi alterada por meio de outros instrumentos normativos, tais como a Portaria nº345, de 15 de abril de 2020, por exemplo, que prorrogou por mais trinta dias a autorização para que as instituições de ensino superior brasileiras substituam as disciplinas presenciais em andamento por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação (*Ibid*, 2020). Posteriormente, os Conselhos Estaduais de Educação de vários estados e diversos Conselhos Municipais de Educação seguiram emitindo, desde março de 2020, resoluções e pareceres a instituições de ensino acerca da reorganização do calendário escolar e da oferta de aulas não presenciais em estabelecimentos pertencentes a seus respectivos âmbitos.

No início de abril, a Portaria MEC nº 376, de 03 de abril de 2020, autorizou as instituições do sistema federal de ensino - que ofertam cursos de educação profissional técnica de nível médio -, a suspenderem ou a substituírem as aulas presenciais por não presenciais por até sessenta dias, prorrogáveis conforme orientações do Ministério da Saúde e outros órgãos governamentais.

Retomando as diretrizes aprovadas pelo CNE no final do mês de abril de 2020, por meio do Parecer CNE/CP nº5/2020 cumpre esclarecer que, além de traçar direcionamentos para reorganizar os calendários escolares em seus diversos níveis de ensino, tais orientações dispõem sobre os rearranjos necessários para retomada e reposição das aulas quando acabar a situação de emergência, como a possibilidade de contabilizar as atividades não presenciais em cumprimento da carga horária mínima anual.

Dentre as muitas diretrizes do CNE que abrangem a Educação Infantil, os Ensinos Fundamental e Médio, Ensino Técnico, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Indígena, do Campo e Quilombola, até o Ensino Superior, uma pauta bastante importante é a autorização da oferta de atividades não presenciais em todas as etapas de ensino, observadas algumas especificidades. Conforme dispõe o referido documento, tais atividades podem ser ofertadas tanto no meio digital como no físico, envolvendo plataformas distintas, tais como videoaulas, redes sociais, suportes virtuais, programas de televisão ou rádio, ou mesmo pela adoção de materiais didáticos distribuídos em formato impresso, entre outras modalidades. (Parecer CNE/CP nº5/2020, 2020).

No cenário específico da educação infantil, por exemplo, o CNE orienta que a família ou os responsáveis indiquem atividades de estímulo, brincadeiras, jogos e músicas para as crianças de 0 a 3 anos. O mesmo é recomendado para as que estão em fase pré-escolar e, quando possível, orienta-se que sejam incluídas atividades em suportes digitais para as crianças entre 4 e 5 anos. Nessa fase, recomenda-se leitura de textos para as crianças, muito embora muitos pais ou responsáveis não possuam leitura fluente, ocasião em que a escola deve orientar e intervir com modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio. (Parecer CNE/CP nº5/2020, 2020, p. 9-10).

No que diz respeito aos anos iniciais do ensino fundamental, fase em que há dificuldades de acompanhamento de atividades *on-line*, já que os alunos estão em etapa de alfabetização, o MEC sugere roteiros práticos e estruturados para que a família possa acompanhar a resolução de atividades pelas crianças, além da oferta de cursos *on-line* para alfabetizadores, disponibilização, por parte da escola, de aulas gravadas pela televisão, de lista de exercícios e atividades relacionadas às habilidades e competências de aprendizagem, seja

em formato impresso ou digital, em conformidade com as condições de acessibilidade (*Ibid*, 2020, p. 11).

Já nos anos finais dos ensinos fundamental e médio, as possibilidades de atividades são mais amplas, conforme o CNE, considerando que os estudantes possuem maior autonomia para a realização de tarefas *on-line* (síncronas e assíncronas). Dessa maneira, sugere-se a utilização das mídias sociais de longo alcance, tais como *WhatsApp, Facebook, Instagram*, entre outras, para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas, familiaridade e disponibilidade tecnológica (*Ibid*, 2020, p. 12).

No âmbito do ensino superior, como já existem algumas práticas envolvendo o uso da mediação tecnológica tanto no ensino presencial quanto no ensino a distância, recomenda-se a ampliação da oferta de cursos presenciais em cursos de EaD, bem como a criação de condições para que os cursos que ainda não se organizaram possam ofertar ensino não presencial de forma mais abrangente. (Parecer CNE/CP nº5/2020, 2020, p. 17).

Fato é que, na prática, as instituições de educação têm enfrentado de maneiras distintas a situação da suspensão das aulas presenciais, a depender de cada rede, escola ou nível de ensino, nos últimos cinquenta dias. Em atendimento a um público de maior poder aquisitivo, por exemplo, algumas instituições de educação, já bem estruturadas e equipadas para a oferta de ensino a distância, passaram a produzir aulas ao vivo, transmitidas habilmente por diversos suportes, além de promoverem atividades interativas para os discentes em plataformas *on-line* como parte integrante da carga horária dos cursos em andamento.

Já em algumas instituições que determinaram a suspensão do calendário letivo, foram criados canais de comunicação *on-line* para dar suporte à comunidade escolar, seja para aproximar escola, alunos e professores, seja para a realização de bate-papos, orientações, compartilhamento de materiais escritos, vídeos e áudios com atividades e dicas de estudos, para posteriores reposições de carga-horária conforme estabelecido nas legislações em vigor.

Por outro lado, muitas escolas, de maneira geral sem planejamento ou capacidade, passaram a trabalhar os componentes curriculares de forma remota, independentemente do método ou do grau de competência para fazê-lo, em consideração ao fato de que muitos estão se aventurando pela primeira vez no ensino à distância ou *on-line*. Diversas dificuldades relacionadas ao uso das tecnologias da informação permeiam essas práticas, que vão desde a escassez de recursos, a submissão a formas improvisadas de mediação tecnológica, a inaptidão para produzir e disponibilizar conteúdos, até a falta de manejo, por parte do docente, em adaptar a rotina de trabalho e conciliar tudo isso com os cuidados domésticos e da família em casa.

Mais de cinquenta dias após a suspensão das aulas presenciais, começam a surgir questionamentos, ações junto ao Ministério Público Federal e projetos de lei com o fito de impedir que o ensino remoto na educação básica tenha carga horária contabilizada como parte das horas letivas obrigatórias estipuladas por lei. (Folhapress, 2020). Além desses, vários outros desafios estão sendo enfrentados desde o início da pandemia. Muitos especialistas em educação, por exemplo, temem pelo aumento da evasão escolar, retrocesso da aprendizagem e perda de vínculo com a escola, particularmente no âmbito de redes e sistemas menos estruturados, os quais fazem parte de regiões carentes. (Ferreira, 2020).

Conforme Santos (2020), em publicação recente, toda e quarentena é sempre discriminatória, uma vez que, para grupos sociais diferentes enfrentam a situação de maneiras distintas. Enquanto para uns grupos é mais difícil, para um vasto grupo é impossível: “[...] São grupos que têm em comum padecerem de uma especial vulnerabilidade que precede a quarentena e se agrava com ela” (*Ibid*, 2020, p. 15).

Por esse viés, a oferta de ensino *on-line* para pessoas que não fazem efetivamente da leitura e da escrita uma prática social, independentemente do suporte textual, seja impresso ou digital, poderia ocasionar o aumento das disparidades de oportunidades para aqueles que possuem piores condições socioeconômicas. Enquanto muitas crianças, adolescentes e adultos têm se tornado efetivamente letrados, outros grupos, desfavorecidos socialmente, sequer conseguem decodificar os sinais gráficos da escrita, tampouco compreendem o que leem, o que nos remete a uma emergência ainda maior em pensar práticas de letramento no contexto escolar.

Porém, as condições materiais não constituem o único desafio do ensino em tempos de isolamento social prolongado. Deve-se levar em consideração a existência de vários perfis de leitores e suas demandas, posto que, convivem simultaneamente gerações muito diferentes quando o assunto envolve os letramentos tradicionais e digitais.

É imprescindível considerar a expansão do conceito de leitor do livro impresso para a de leitor da imagem, e desta para a de leitor das formas híbridas de signos e processos de linguagem, os quais estão em constante mobilidade no contexto atual. Esse movimento compete pela atenção dos leitores e, conseqüentemente, modifica a relação com a escrita e leitura, além de afetar os contextos educativos, o que nos remete a possíveis complicações decorrentes de distintas práticas sociais de leitura e escrita envolvendo conhecimento e desinformação, subinformação e superinformação.

Ainda que todos os processos de criação e fruição de textos em diferentes ambientes envolvam, obviamente, dinâmicas diversas, já que as práticas de leitura e escrita no papel

impresso são relativamente diferentes quando realizadas na tela, o leitor contemporâneo convive com todas elas, relacionando habilidades que envolvem o visual, o audiovisual e o digital. Entender a diversidade e a coexistência desses vários perfis de leitores significa valorizar a reciprocidade entre eles, sem pretensão de que um substitua o outro, pois cada um aciona habilidades cognitivas específicas.

3.2 Perspectivas dos letramentos tradicional (analógico) e digital como práticas sociais

No atual contexto de adoção de atividades não presenciais em diversos suportes pelos sistemas de ensino, há múltiplas formas de se concretizar a leitura. Vivemos a “cultura da convergência”, conforme os pressupostos de Henry Jenkins (2006), para quem os produtos das novas e tradicionais mídias são reapropriados, tornam-se híbridos, relacionam-se, dialogam, e interpenetram-se com outros formatos e linguagens.

A leitura e a escrita, na qualidade de práticas sociais, não constituem meramente atitudes mecânicas de decodificação de sons e letras. Deixar de ser analfabeto e tornar-se alfabetizado, ou seja, apenas aprender a ler e a escrever, não significa que o sujeito adquiriu a condição de quem faz da leitura e da escrita uma prática social, capaz de responder às contínuas exigências e demandas de seu tempo.

Um leitor competente é aquele que usa efetivamente a linguagem escrita em diferentes circunstâncias de comunicação, de modo a se apropriar das estratégias e procedimentos de leitura característicos das diversas práticas sociais das quais participa, de tal forma que os utiliza no processo de construção dos sentidos dos textos.

A postura dinâmica de compreender os significados do uso da leitura e da escrita em diferentes contextos garante uma efetiva interação do sujeito com os inúmeros textos que circulam na sociedade, sejam tais leituras realizadas dentro ou fora do ambiente escolar. Nesse sentido, o termo *letramento* surge como prática social que designa, na perspectiva de Soares (2009), “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita”. Em outras palavras, *letramento* pressupõe o estado ou condição assumida por quem aprende a ler e a escrever, levando em consideração que a escrita carrega em si elementos sociais, culturais, políticos, cognitivos, sendo, assim, capaz de influenciar não só o sujeito que a pratica, mas também o grupo ou o meio em que ele se insere.

Assim, *Ibid* (2009) ressalta que há diferenças significativas entre *alfabetismo* e *letramento*: enquanto alfabetizar um indivíduo significa ensinar a ler e escrever, compreender

códigos e símbolos, o ato de lettrar quer dizer condicionar a apropriação da escrita e da leitura em práticas sociais. Um indivíduo que não saber ler nem escrever (analfabeto) pode ser, de certa forma, letrado, quando consegue compreender e articular o fenômeno da escrita e leitura como exercícios que proporcionam a socialização; um adulto que não domina a “tecnologia” da leitura e da escrita, mas se interessa por ouvir a leitura de jornais, cartas e demais textos, ou uma criança que ainda não foi alfabetizada, mas brinca de escrever, de ler, folheia livros e gosta de ouvir histórias.

Ainda que o termo “letramento” seja conhecido e extremamente difundido atualmente, é preciso ressaltar que ele envolve uma diversidade de ênfases em sua caracterização. Kleiman (1995), por exemplo, amplia a conceituação de *letramento* inicialmente apresentada enfatizando que este compreende práticas sociais capazes de dar ao leitor a condição de identidade e de poder. Ela afirma que os estudos sobre o letramento devem estar voltados à transformação da ordem social, ou seja, potencializar, dar poder ao sujeito. Enfim, que o empoderamento da escrita encontra-se no acesso e na manipulação da informação. Daí a importância de se estabelecer condições concretas para o letramento nas classes populares.

Com as diversas mudanças nas formas de interação humana, a popularização da internet e a crescente demanda para a incorporação das tecnologias digitais da informação e comunicação nas práticas sociais e escolares, a noção de *letramento digital* ganha especial importância. Conforme as pesquisadoras Coscarelli & Ribeiro (2014), o letramento digital envolve

[...] práticas sociais de leitura e produção de textos em ambientes digitais, isto é, ao uso de textos em ambientes propiciados pelo computador ou por dispositivos móveis, tais como celulares e *tablets*, em plataformas como *e-mails*, redes sociais na *web*, entre outras (*Ibidem*. verbete. 2014).

Embora o letramento digital abarque definições operacionais e também conceituais, as referidas pesquisadoras complementam que, diante da complexidade de se estabelecer parâmetro único para avaliar o grau de letramento digital de alguém, já que cada contexto pode demandar diferentes usos das tecnologias digitais, é fundamental que os indivíduos “[...] tenham desenvolvido habilidades básicas que lhes permitam aprimorar outras, sempre que isso for necessário”. (Coscarelli & Ribeiro, verbete, 2014).

Nessa perspectiva, ser letrado digitalmente significa não somente possuir a competência de se comunicar com desenvoltura em diferentes situações, mas também saber buscar e selecionar informações diversas no ambiente digital, com capacidade para avaliar criticamente a credibilidade das mesmas, em atenção à autoria e às fontes da pesquisa.

As práticas de letramento, como se sabe, não são restritas ao sistema educacional formal, mas devem ser potencializadas fundamentalmente nas escolas, as quais, assim como outras instituições próprias de uma sociedade globalizada e tecnológica, são consideradas agências de letramento, uma vez que abarcam enorme variedade de leitores, leituras, modos discursivos, tipos e gêneros textuais.

Por um lado, há uma geração de jovens profundamente familiarizados com os recursos da Internet, os chamados “leitores ubíquos”, que conseguem falar ao telefone, conversar em chats e outros aplicativos de redes sociais, ler e-mails, notícias, ouvirem música e ainda estarem atentos ao que acontece no meio físico, simultaneamente. Ao lidar com vários aparelhos conectados, passa a interagir com uma diversidade de mensagens, ao mesmo tempo em que está corporalmente presente em ambientes físicos.

Conforme a pesquisadora Santaella (2014), o perfil cognitivo do leitor ubíquo, que se aproveita dos diferentes recursos tecnológicos para acessar informações e realizar leituras em qualquer espaço e tempo, demonstra que a atenção dispensada é parcial contínua e continuamente parcial, pois responde simultaneamente a distintos focos, sem ater-se demoradamente a nenhum deles. O que caracteriza esse tipo de leitor é uma espécie de “prontidão cognitiva” (com ênfase para sua capacidade de processar paralela e conjuntamente, informações de ordens diversas), que serve para orientar-se entre o espaço virtual multimídia, sem perder o controle da sua presença e do seu entorno no espaço físico em que está situado.

Essa geração espera que seu modo de ler o mundo seja contemplado na escola, o que nem sempre acontece, pois tais instituições não conseguem acompanhar em tempo real as mudanças ocorridas na sociedade, por diversos fatores que vão desde o econômico e social ao cultural e geográfico.

Por outro lado, enquanto alguns realizam essas práticas sociais de leitura e escrita com desenvoltura, outros, porém, apesar de possuírem acesso a bens materiais e equipamentos tecnológicos de última geração, de dominarem as redes sociais e aparentemente terem incorporado a tecnologia em seus cotidianos, apresentam alguma dificuldade de discernimento e seleção do que é relevante ser lido em meio ao bombardeio de informações disponíveis. Além disso, muitos não possuem habilidades para aproveitar todo o potencial

ofertado pelas ferramentas tecnológicas, seja porque necessitam de orientação, seja porque faltam leituras críticas do mundo ou de como potencializar suas práticas.

Em tempos de pandemia, a criação de ambientes virtuais destinados a práticas de comunicação, leitura, escrita e aprendizado transcende a pedagogia tal como foi pensada tradicionalmente. A visão do professor como um mero transmissor de conteúdos deve ser superada para ceder lugar à figura de um mediador entre os alunos e essas novas leituras, de um profissional que estimule a troca de conhecimentos e desenvolva estratégias metodológicas que possibilitem a construção autônoma e integrada de um aprendizado contínuo.

4. Considerações Finais

O presente artigo preocupou-se em enfatizar a importância das práticas sociais de letramento na sociedade contemporânea, envolvendo interseções entre ensino, tecnologia e identidade leitora, na perspectiva da cultura digital em tempos de pandemia da COVID-19.

Diante das discussões realizadas, observou-se que, se a criação de um modelo pedagógico que abarque a diversidade de indivíduos em situações distintas de letramento sempre foi um desafio para as escolas, as dificuldades são potencializadas no cenário inusitado do isolamento social. Assim, a realização de práticas letradas que atendam aos anseios de uma sociedade cada vez mais tecnológica exige várias reflexões.

No período da quarentena, a adoção de políticas públicas que atendam ao imperativo de suprir a lacuna deixada pela ausência de aulas presenciais - com a simples transposição das tradicionais práticas pedagógicas para o universo digital - não constitui garantia de que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de forma efetiva.

Embora a experiência inerente ao ensino presencial deva ser considerada na construção de saberes para o ensino remoto, o desenvolvimento de atividades educativas intermediadas pelos meios digitais requer investimentos em práticas e recursos destinados a tais fins. Ademais, a implementação de ações díspares sem uma mediação consciente e eficiente, sem condições iguais de acessibilidade e aproveitamento de ferramentas digitais, aliadas à desconsideração das diferentes realidades educacionais, pode ser irremediavelmente prejudicial à oportunização e à oferta de ensino de qualidade.

Nesse cenário, é preciso refletir, ainda, sobre a importância das instituições de ensino e do professor, visto que a criação de ambientes educativos colaborativos e participativos ultrapassa o formato pedagógico concebido tradicionalmente. Como agentes do

letramento, os professores, por meio de sua liderança, devem articular novas ações, proporcionando aos alunos oportunidade de mobilizar seus saberes para participarem das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita na vida, de maneira ética, crítica e democrática (Rojo, 2009, p.98).

Além disso, auxiliar os alunos no desenvolvimento de competências e habilidades para interpretar, inferir, relacionar ideias em textos de diferentes gêneros e tipos, entre outras práticas, não deve ser atribuição específica do professor de português, mas de todos os docentes de distintos campos do conhecimento. Participação, colaboração e compartilhamento são funções de ambos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, cabendo aos docentes à condução e divisão das tarefas, com vistas à autonomia do aluno e de sua participação social cidadã.

Nesse sentido, o papel das instituições de ensino é imprescindível no sentido de proporcionar a aprendizagem para os ambientes informacionais de novas mídias e tecnologias, com ênfase na leitura e na linguagem, criando esforços para aprimorar e elevar o nível de letramento dos indivíduos, e não somente o nível de alfabetização, sendo esta uma necessidade premente nos processos de ensino com vistas a uma aprendizagem realmente significativa.

Por isso, urge aprofundar os estudos teóricos e pesquisas de campo para a compreensão das propriedades e do funcionamento das textualidades em situações de uso cognitivo ou produtivo no cenário atual, a fim de entender como e quais letramentos as instituições de ensino têm mobilizado nos discentes, por meio de plataformas digitais, nestes tempos de pandemia. Disso dependerá o sucesso ou fracasso quando se pretende incentivar os alunos a manterem o interesse pelos estudos neste cenário de suspensão de aulas ou de aulas *on-line*, bem como de prosseguirem estudando e frequentarem as aulas presenciais quando o estado de emergência acabar.

Referências

ABRAFI. (2020). CNE aprova parecer com diretrizes para reorganização dos calendários escolares e Realização de Atividades não presenciais pós-retorno. Website da Abrafi.

[notícia]. Recuperado em 28 de Abril, 2020, disponível em:

<https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/3214>

Brasil. (2020a). Conselho Nacional de Educação. (2020). *Parecer CNE-CP N° 5, de 30 de abril de 2020, dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19*. Recuperado em 03 de Maio, 2020, disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Parecer-cne-cp-005-2020-04-28.pdf>

Brasil. (2020b). *Portaria n° 343, de 17 de março de 2020 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19*. Ministério da Educação - MEC, Recuperado em 22 de Março, 2020, disponível em: <https://www.mec.gov.br/>

Brasil. (2020c). *Portaria n°345, de 15 de abril de 2020, que altera a Portaria MEC n° 343, de 17 de março de 2020*. Ministério da Educação - MEC, Recuperado em 22 de Março, 2020, disponível em: <https://www.mec.gov.br/>

Brasil. (2020d). Ministério da Educação (2020). *Portaria n° 376, de 03 de abril de 2020, que dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19*. MEC, Recuperado em 10 de Abril, 2020, disponível em: <https://www.mec.gov.br/>

Brasil. (2020e). Ministério da Educação (2020). *CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia*. Recuperado em 30 de Abril, 2020, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>.

Coscarelli, CV & Ribeiro, Ana E. (2014). Letramento Digital. In: Frade, Isabel C. A. S et al. (Orgs.). *Glossário CEALE**. Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para Educadores. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita - CEALE. Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte.

Ferreira, LC. (2020) *Dia da educação: especialistas explicam desafios do ensino durante e pós-pandemia* [notícia]. Website EBC. Recuperado em 27 de abril, 2020, disponível em: <https://www.ebc.com.br/educacao/2020/04/dia-da-educacao-especialistas-explicam-desafios-do-ensino-durante-e-pos-pandemia>

Folhapress (2020). *Professores e pais acionam Justiça contra ensino remoto* [notícia]. Website Folha. Recuperado em 05 de Maio, 2020, disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/coronavirus/2020/05/03/NWS,139192,70,1668,noticias,2190-professores-pais-acionam-justica-contra-ensino-remoto.aspx>

Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação*. 2.ed. São Paulo: Aleph.

Kleiman, AB. Apresentação. (1995). In: Kleiman, Ângela (org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 07-11.

Pereira, AS, Shitsuka, DM, Parreira, FJ & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado em 23 Maio 2020, disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_MetodologiaPesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Rojo, R. (2009). *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial.

Santaella, L. (2014). Gêneros discursivos híbridos na rede na era da hipermídia. *Bakhtiniana*. 9(2): 206-16, São Paulo, ago./dez.

Santos, BS. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. [e-book]. Coimbra: Edições Almedina. Recuperado em 20 de Abril, 2020, disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>

Soares, M. (2009). Letramento em verbete: o que é letramento? In: *Letramento: um tema em três gêneros*. BH: Autêntica, 2009, pp. 15-25.

Unesco (2020). *Disrupção educacional e resposta COVID-19*. Recuperado em 03 de Maio, 2020, disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Renata Maurício Sampaio – 100 %